



# VESTÍGIOS E MARCAS ALÉM DAS HUMANAS

**JAQUELINE GOMES<sup>1</sup>**

ORCID  
<https://orcid.org/0000-0002-2605-3093>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil,  
31270-901 – [antro\\_pos@fafich.ufmg.br](mailto:antro_pos@fafich.ufmg.br)

Para as pessoas que vivem às margens do Lago Amanã, a criação de um lugar envolve um aspecto bastante prático de ação sobre determinada porção da floresta. Deve-se ser ativo, *zeloso*, mas antes de tudo, bom negociador. Para um jovem começar uma *roça* é necessária a anuência de seus pais, parentes ou mais velhos. É, antes de tudo, uma sinalização do amadurecimento, de que a vida adulta chegou e com ela a possibilidade de se constituir uma família. Falo dessa necessidade de negociação também vislumbrando um caráter temporal. Raramente uma ponta de terra é *mata bruta*, mas antes, como *capoeira* ainda que velha, nela há marcas de outras gentes e de outros tempos. Trata-se então, de uma negociação também com o passado, sobre o que deve ser contado sobre as marcas passíveis de serem visualizadas, quem são seus produtores e donos. Parte dessa negociação em algum momento pode se dar no campo cosmopolítico, quando além de animais e plantas, as pessoas se encontram com curupiras, mãe da mata, pai dos bichos, caboclinho, mapinguari e tantos outros seres que transitam entre estatutos ontológicos.

Essa dimensão ativa de produção de lugares, envolvendo o estabelecimento de *roça* e posterior implementação de um *sítio*<sup>2</sup>, articula, pelo menos, duas dimensões: a

<sup>1</sup> Texto desenvolvido durante a vigência de bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>2</sup> A dinâmica de cultivo na região envolve um sistema migratório de roças de espécies de ciclo curto voltadas para subsistência e comercialização em pequena escala, e manejo prolongado de áreas chamadas de sítios que se constituem como agroflorestas.

da vida social das comunidades que se atualiza pelos casamentos, nascimentos de filhos e rearranjos de alianças e redes de parentesco e compadrio; e o passado dos próprios lugares, que não raras vezes, são efetivamente produto de trajetórias pessoais, que envolvem, por sua vez, desejos e ações de pessoas específicas, mas sempre circunscritas em tempos específicos também: o *tempo dos antigos*, da *seringa*, dos *patrões* ou mesmo o *tempo da reserva*. A clareza dessa relação entre a formação dos lugares e seu arcabouço histórico se colocou para mim quando recebi o convite para visitar o *sítio* de Erinei Tavares, chamado Careta, filho de meus principais anfitriões na comunidade Bom Jesus do Baré.

Numa manhã de quinta-feira, faltando três dias para minha partida e encerramento de mais uma etapa de campo, saí com Careta e seu filho Gabriel, de apenas 4 anos, chamado de Gabigol, em alusão ao jogador do Flamengo, time que é quase unânime na comunidade. Apenas nós três em uma boa canoa, com um rabeta (motor de polpa) e 10 litros de gasolina. Nos acompanhavam o fumo colombiano, uma espingarda e terçado, uma mochila com alguns apetrechos como canivete, colheres, um pacote de bolacha recheada e uma fralda de pano para limpar a criança, ainda uma garrafa pet com água fria e nosso almoço: farinha com calabresa frita. Na minha bolsa, a máquina fotográfica, meu smartphone que cumpria a função de GPS e um caderno com caneta. Eram cerca de 7 horas da manhã quando saímos, sem haver de minha parte um objetivo muito claro que não o de “andar” pelo Igarapé, parar nos lugares que houvesse nome e conhecê-los, ainda que nos meus termos este “conhecer” considerasse mais que basicamente duas ações: georreferenciar – ou “tirar o ponto”, como Careta se referia – e registrar informações que julgasse relevantes, como plantas presentes, se havia sido roça, quem a abriu ou se haveria um *chupador*<sup>3</sup> ou alguma história ou “causo” curioso do passado. Além do mais, era uma oportunidade para conferir a presença de *cacos*, que é como os vestígios cerâmicos arqueológicos são chamados localmente.

Obviamente, a cada 10 minutos ou menos, Careta me falava um novo nome em ambas as margens do Igarapé. Ali tinha um barreiro, logo mais uma trilha, ou onde o pessoal abre suas roças, mais à frente um *sítio*, na esquerda rebolados de castanha, estradas de seringa. Que terrível! Seria impossível parar em todas as pontas de terra, afinal, todas eram “lugares”. Que decepcionante! Planejar uma andança para voltar no mesmo dia, com uma criança, sem muita comida e a sensação que levaria dias para percorrer alguns poucos quilômetros. Estava tudo errado, mas eu

<sup>3</sup> São locais alagadiços que na bibliografia especializada estão relacionadas às áreas que animais buscam para obtenção de minerais. Assim, são pontos de caça usados no território, que entre as pessoas de Amanã podem ser chamados de *barreiro*, *chupador* e *canamã*, classificados de acordo com critérios de implantação, sazonalidade e frequência e diversidade de animais.



empolgada! O igarapé que remetia algum monótono no seu verde, tão meandrante que a todo olhar me enganava com uma ressaca, era constituído por tantos lugares possíveis que reavaliei se era mesmo necessário proceder com aquele dito mapeamento de lugares significativos.

De fato, mapeá-los não me fazia conhecê-los. Meus companheiros de Amanã sempre me informavam isso de maneira gentil. A ida do pequeno Gabriel me fazia pensar em como aquela criança entre tantas incursões, pelo tempo da canoa que nos faz olhar cada tom de verde e formas de folhagens, estaria construindo seu mapa, não exatamente mental, mas incorporado através de expedições desde sua tenra idade. Por muitos anos de ir e voltar.

De estar.

Parar e tomar um banho.

De fazer um assado.

De ir focar e caçar,

De eventos como aquele narrado por seu pai, que ocorrera uma semana antes de nosso “passeio”: ele e dois de seus primos foram até o São Sebastião, um deles não era um bom caçador. Sem experiência suficiente para andar naquele igarapé já não muito cheio e com muitos *paus*, de repente uma paleta quebrada.

Voltaram 40 km igarapé abaixo no remo.

A viagem de quatro horas transformada em vinte.

O tempo relativo, que sem o barulho do motor permitia um observar detalhado das nuances e sombras das margens, dos sons de ariranhas e pássaros, das marcas de gente e de bichos.

Já ciente naquele início de dia, que levaria uma vida para compreender e conhecer aqueles lugares, continuei a anotar, e principalmente, a fotografar. Paramos naqueles lugares que Careta elegera como mais interessantes, isto envolvendo a facilidade do caminhar e o que falar sobre eles, bem como o que ponderava ser relevante para meus objetivos: registrar histórias e encontrar “vestígios materiais”.

O primeiro lugar visitado foi o sítio de seu irmão. Não chegamos até a roça de mandioca, na qual haviam trabalhado no ano anterior, mas nas margens repletas de rastros de ariranhas e aproveitamos a visibilidade do

terreno para encontrar alguns *cacos* de cerâmica. A próxima parada seria o sítio do próprio Careta, e o parafraseando: “*pense num lugar bonito*”. Uma ponta não muito alta, com um declive suave até a margem d’água, bem limpa. Somos recebidos por uma estrutura de paxiúba e telhado de palha de ubim, envolta por palmeiras diversas como açaí e bacaba. Esta casa, chamada de tapiri, era elevada do chão, não possuía paredes, apenas os esteios que são suportes para as redes. Os únicos dois objetos presentes eram um *fogareiro*<sup>4</sup> e uma *bilha* para água feitos de barro, provavelmente adquiridos com as mulheres da comunidade Nova Olinda. Na frente da casa que dava para o Igarapé, Careta ia observando a superfície do terreno à procura de fragmentos. Embora não tivesse encontrado vestígios arqueológicos anteriormente, me justificava que olhar era importante porque ele não sabia se realmente não existiam ali, pois nunca havia procurado, ainda não tinha *andado para ver* aquelas coisas. Acessamos a roça percorrendo um trilho por entre capoeira antiga e frutíferas, a clareira invadida por uma forte luz, implantada aos fundos do tapiri do sítio, com mandioca brava, cará e banana. Era vistosa e provocava o gradiente entre a mata bruta e o cultivo da jovem família.

A cada nova parada ou lugar avistado, narrativas desencadeavam-se sobre experiências das mais diversas. Fenômenos como trovões que abriram clareira na mata, bichos incomuns como o *janauí* que eram atraídos pela fumaça de peixe assado às margens do igarapé, e por isso o simples ato de assar um peixe longe das comunidades (lugar social por excelência) pairava alguma tensão entre a proibição dentre os mais idosos e transgressão dos mais jovens. Uma concentração de palmeiras marajá que se tornou dispositivo para narrativas de experiências sensoriais, como o caso do encontro desastroso de um homem com o dono dos bichos, quando o caçador tomou consciência estava entre palmeiras espinhosas e bastante ferido. Até mesmo um ponto específico da superfície do igarapé remetia a um *encante*, cujo nome Cantagalo indicava que ali no fundo um galo encantado continua cantando. As castanheiras irmãs que dão nome ao lugar, cujas copas dão pistas dos mosaicos costurados entre a mata e manejo humano, mas são vistas somente através de um exercício contínuo do observar. Histórias como o falecimento de um antigo dono de um lugar que, após enterrado ali, deu seu nome à Ponta do Felipe, hoje usada como acampamento de caça e que nos remete às experiências de *visagens*.

Na Ponta do Felipe havia uma estrutura efêmera para a caça, e meu guia ao falar sobre ela, sorria em tom jocoso, aventando conexões entre ele e os antigos índios que poderiam ter vivido no lago. Como as comunidades de hoje, Careta pensa que as aldeias deviam ficar na margem do lago

<sup>4</sup> Um objeto cerâmico bastante típico da região do médio Solimões, uma espécie de “churrasqueira” móvel para assar peixe.

Amanã, enquanto os igarapés seriam as “ruas” por onde passavam para ir ao “mercado da floresta”. Sua metáfora evocava aproximações do seu universo rural com o meu da cidade, de modo que eu pudesse compreender a dinâmica que hoje os habitantes de Amanã imprimem no uso do seu território. Para mim, sua explicação ia ao encontro dos modelos arqueológicos que vamos construindo lentamente conforme a identificação de assentamentos e concentrações de plantas úteis.

Naquele dia, nosso destino foi igarapé do São Sebastião, onde o bisavô de Careta, um nordestino casado com uma índia peruana ainda no século XIX, começou a trabalhar na colocação de seringa. Foi o único lugar que caminhamos por cerca de uma hora mata a dentro, por trilhos pouco marcados no chão, um rumo serpenteado cheio de espinhos, povoado por seringas, algumas identificadas como filhas de outras, por tauaris que curupiras gostam e sapopemas que são moradas de mãe da mata. Na trilha, Gabriel seguia seu pai. Eu, por minha vez, seguia o menino. Pensava na sua perspectiva vendo a grandeza da floresta, cujas seringueiras e castanheiras compunham parte das redes que entrelaçavam a criança às suas gerações anteriores. Na fotografia, o movimento através de um lapso desfoque, com o pensamento que eu arqueóloga e mãe, com saudade de meus filhos, via o andar de Gabriel. Certamente aquele dia me afetou, pois, os fragmentos cerâmicos, que outrora encontramos em nossa primeira parada, eram agora apenas mais alguns vestígios no complexo emaranhado de marcas que fui sendo apresentada a cada lugar que passávamos.

Nos últimos vinte anos, a agenda de pesquisa da arqueologia amazônica se reconfigurou, focando menos no caráter exploratório dos mapeamentos de sítios e tipologias da cultura material, para se aprofundar em estudos regionais intensivos, mais holísticos e com diversificação das análises sobre micro e macro vestígios, com um estreitamento de relações com a Ecologia Histórica. Com esta mudança de foco, as arqueólogas e arqueólogos têm sido capazes de fazer uma arqueologia sem artefatos, mas antes sobre paisagens (Neves 2015, 15). Trata-se de um incremento com uma vertente politicamente engajada com a defesa do bioma, onde informações arqueológicas amparam o dimensionamento do impacto humano sobre a floresta. Esse aspecto faz da arqueologia uma área de conhecimento extremamente atual, socialmente responsável e preocupada com temas urgentes que reverberam na garantia de direitos e da existência de povos indígenas e tradicionais, frente ao desmatamento e expansão da fronteira agrícola.

Mas minhas incursões pelos lugares de Amanã guiadas por pessoas diversas, jovens e idosas, me deixam duas lições. A primeira parte de uma frase recorrente em que esses guias me diziam: “*não achamos mais cacos*

*porque a gente não anda por aí procurando*". Ou seja, os vestígios humanos que pesquisadores elegem como primários, não são índices fundamentais para a experiência dessas pessoas com seu mundo. Podemos ampliar nosso escopo, para pensar as histórias através das paisagens, mas as mudanças paisagísticas visíveis não seriam exclusivas de gente humana.

É extremamente comum que os moradores, diante de nossa insistência arqueológica de relacionar concentrações de plantas úteis próximas de sítios arqueológicos à uma herança indígena milenar, se expressem em aparente concordância "*parece mesmo plantado*". Mas se engana quem pensa que essas conexões são feitas facilmente pelas pessoas de Amanã. Há um conhecimento ecológico tão profundo que castanhais não são vistos como resultado do manejo humano ao longo dos anos, mas são chamados de floresta ou roça de cutia, o mesmo ocorre com o tucano e palmeiras de açai, enquanto tambaquis espalham sementes de seringueiras, mungubas e palmeiras de jauari. Apesar disso, essas plantas podem ser atribuídas igualmente ao trabalho humano. Ao mesmo tempo que é planta de tambaqui, jauari é sinal de antigos povoados, pois novos exemplares podem nascer depois que as pessoas para consumirem os peixes, os limpam e descartam as sementes que eles carregavam na barriga.

Tão comuns, frases como "*parece mesmo plantado*" podem nos remeter a sentidos de correspondência entre uma visão "nativa" e aquela arqueológica, de floresta como recurso. Mas venho pensando como poderiam indicar, antes, mais uma equivalência entre os seres que povoam os mundos e possibilidades de entrarem em relação (Gonçalves 2001, 355), que necessariamente uma lógica que confere "continuidades" [entre todas as aspas] de manejo sobre a floresta ou que humaniza as ações de seres no cosmo.

Aqui reside a disjunção entre nossos objetivos históricos e conhecimentos tradicionais ou indígenas. A segunda lição, portanto, parte dessa disjunção. Os mundos que pesquisamos são e sempre foram povoados por muitos mais seres que apenas os humanos. Invariavelmente, esses grupos, no passado e presente, sempre travaram relações com seres diversos, alguns cosmológicos que podem ser donos e exercem maestria e zelo sobre determinadas feições e outros seres. Nesse sentido, buscar marcas humanas, como fazemos, é um objetivo antes de tudo determinado por uma ontologia naturalista.

Nesse percurso de pesquisa, se antes pretendia expandir minhas análises para as paisagens focando sobre marcas humanas, elas se desdobram em também considerar as marcas *outras*, com maior interesse nos *encantados* que povoam as águas e florestas, vistas pelas pessoas com as quais trabalho.

Neste ensaio, estão reunidas doze fotografias que são fragmentos dessa experiência, sinais e marcas dos vários seres e tempos que podem ser conectados pelos lugares do igarapé do Baré. Convido a quem ler que procure reconhecer nelas outra coisa além da aparente uniformidade da floresta, mesmo que inicialmente tais imagens possam ser tidas como singelas e pouco técnicas. Educar a atenção aos tons, às formas das folhas, às presenças de pai e filho, plantas e seus cultivadores como peixes e roedores, à perspectiva da pequenez humana diante da vida da floresta. Trata-se de um exercício de se conectar a estes lugares informados por meu relato, não como narrativa que explica as imagens, mas como pista para um horizonte de transformações da floresta. Uma provocação para incitar sentidos fluidos, como as águas que se confundem com a mata, das plantas de gente que são também de peixes, bichos e encantos, dos gradientes de roça, sítio e mata bruta, do movimento entre essas categorias tal como o nosso movimento na canoa e pelos trilhos da terra firme. A paisagem ali de monótona nada tem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Gonçalves, Marco Antônio. 2001. *O Mundo Inacabado. Ação e Criação em uma Cosmologia Amazônica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 424 pp.

Neves, Eduardo Góes. 2015. *Existe algo que se possa chamar de "arqueologia brasileira"?* Estudos Avançados, 29(83), 07-17. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100002>

#### RESUMO

Este ensaio foi construído através de uma incursão ao Igarapé do Baré, um curso hídrico de águas pretas que deságua nas cabeceiras do Lago Amanã, que dá nome à uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, no baixo rio Japurá, Estado do Amazonas. A pesquisa que venho desenvolvendo tem caráter etnográfico e parte de questões arqueológicas sobre construção e transformação de lugares os relacionando ao processo de antropização do bioma. Busca entender como coletivos ribeirinhos contemporâneos se relacionam com as paisagens onde estão inseridos sítios arqueológicos que remontam a uma História Antiga da Amazônia. As imagens são como vestígios do meu próprio percurso de pesquisa em uma arqueologia como prática de sentido. Essas fotografias são índices de uma expansão de um olhar – antes direcionado para marcas humanas sobre os lugares – agora repleto de sinais e vestígios de seres animais, vegetais e cosmológicos que povoam as águas e florestas de Amanã.

#### PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia;  
Amazônia;  
População ribeirinha;  
Paisagens;  
Conhecimentos  
tradicionais.

#### ABSTRACT

This essay took place through an incursion to the Igarapé do Baré, a water-course of black waters that flows into the headwaters of Lake Amanã, which gives name to a Sustainable Development Reserve, in the lower



Japurá River, State of Amazonas. The research I have been developing has an ethnographic character and comes from archaeological questions about construction and transformation of places, connecting them to the process of anthropization of the biome. It seeks to understand how contemporary riverside collectives are inserted and relate to the ancient history of Amazon and landscapes where archaeological sites are. The images are like vestiges of my own research path in archaeology as a practice of meaning. These photographs are indices of an expansion of a view- previously directed at human marks about the places – now filled with signs and traces of animals, plants and cosmological beings that populate the waters and forests of Amanã.

#### KEYWORDS

Archaeology;  
Amazon; Riverside  
population;  
Landscapes;  
Traditional  
knowledge.

**Jaqueline Gomes Santos** é mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Vinculada ao grupo de pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia (CNPq-Instituto Mamirauá). Desenvolve desde de 2010 pesquisas no lago Amanã. Em suas publicações busca refletir sobre diferentes formas de relação que os coletivos ribeirinhos estabelecem com os vestígios do passado. Este ensaio aborda parte das questões que vem desenvolvendo durante sua presente pesquisa de doutorado. E-mail: jaquelinegomes06@gmail.com

**Licença de uso.** Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Recebido em: 29/08/2020

Aprovado em: 06/10/2020



Foto 1  
Título: "Andar".  
Vista geral do  
"Estirão da Beleza".  
Gabigol segue na  
proa da canoa em  
silêncio.



Foto 2  
Título: "*Pense num lugar bonito*".  
Caretá em busca de cacos de índio às margens d'água.



Foto 3  
Título: "Casa do sítio".  
Estrutura usada durante períodos de plantio e manejo do sítio de Careta.



Foto 4  
Título: "Roça".  
Típico roçado da  
mandioca brava  
destinado a pro-  
dução de farinha.  
Possui pés de cará  
e bananas.

Foto 5  
Título: "Cadê o trilho?"  
Durante caminhada  
no São Sebastião eu e  
Gabriel seguíamos Careta.  
Enquanto fotografava  
pensava na perspectiva  
daquela criança.





Foto 6  
Título: "Jauari".  
Concentração de  
palmeiras apre-  
ciadas por peixes  
tambaqui. Planta  
que é índice de  
moradas dos  
peixes e ao mesmo  
tempo pode ser  
indicativa de anti-  
gos povoados ou  
áreas de uso de  
pessoas.

Foto 7  
Título: "Duas irmãs".  
Dupla de Castanheiras  
que marcam o lugar  
que tem significados e  
usos diversos. Antiga  
colocação de seringa e  
picada de castanha.





Foto 8  
Título: "Pequenez".  
Uma castanheira  
"filha" de outras  
no lugar chamado  
Cajubim, complexo  
de áreas cultiváveis  
entre *roçados*,  
*capoeiras* e *sítios*.

Foto 9  
Título: "O caboclo acordou dentro do marajá"  
Concentração de palmeiras espinhosas que durante nossa incursão se tornou dispositivo de narrativas sobre encontros de caçadores com o pai dos bichos, a curupira e mãe da mata.





Foto 10

Título: "*Parece coisa de índio*".

Estrutura provisória de acampamento de caça na Ponta do Filipe. Careta se referia em tom de brincadeira que o acampamento de caça era coisa como dos índios que viveram na época dos sítios arqueológicos.



Foto 11  
Título: "Leite da  
seringa".  
Demonstração da  
sangria da seringa  
tão comum no  
*tempo dos antigos*  
durante os ciclos  
de exploração  
gomífera.



Foto 12  
Título: "Fim do dia".  
Última parada já no  
retorno à comuni-  
dade de Bom Jesus  
do Baré, área de  
intenso manejo  
agroflorestal. Foi  
uma antiga colô-  
cação no início do  
século XX.